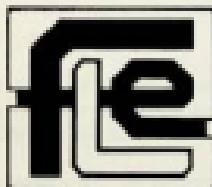




Governo Democrático de São Paulo
Secretaria de Estado da Educação



FUNDAÇÃO PARA O LIVRO ESCOLAR

SEDE: Av. Paulista, 352 • 15º andar • CEP 01310 • SP
Tel.: 284-9600 • 284-9121

CASA DO LIVRO: Rua Tenente Pena, 212 • CEP 01127 • SP
Tel.: 222-6665

POSTO DE VENDAS E DÉPÓSITO: Rua Camilo, 147/161 • Vila Romana
CEP 05045 • SP

PROGRAMAS

Nossa atuação traduz-se em cinco programas trienais:

I. Por uma adoção crítica e solidária do Livro Didático.

Em 1984, através de uma estratégia de Encontros Regionalizados e coordenados pelas Divisões Regionais de ensino, a Fundação para o Livro Escolar pretende envolver 8.000 professores na discussão e análise do *livro novo* de cada dia, com o intuito de romper o complô de silêncio que tradicionalmente tem cercado a questão de adoção e do uso do livro didático em sala de aula. Como órgão de apoio técnico-logístico e mediante entendimentos com TV2, tem subsidiado os encontros com materiais instrucionais de baixo custo (brunchuras/tablóides) e com programas de televisão, especialmente produzidos para esse fim.

Dentro deste programa estão as Oficinas de Trabalho, que se constituem num fórum destinado ao debate da problemática do livro escolar com autores e editores de livros didáticos e paradidáticos, especialistas em educação, professores, universitários e pais de alunos.

Tanto para os Encontros Regionais de professores quanto para as Oficinas de Trabalho têm sido utilizados, dentre outros, dados de pesquisa feita em 1983 junto aos docentes, com o objetivo de traçar o perfil de adoção por escola e de avaliar o livro utilizado em sala de aula.

II. Pela democratização do acesso ao Livro Didático, sobretudo por parte da população de baixa renda.

Este programa deve garantir que o efetivo acesso do educando ao livro didático independe de diferenças sócio-económicas ou físicas entre os alunos.

Apesar dos esforços desenvolvidos na FLE (inclusive gerando fontes alternativas de recursos, através do Projeto "O Artista é Você"), o direito de acesso ao livro escolar, por parte do aluno de baixa renda, ainda está longe de ser plenamente assegurado a todos.

Em 1984, a FLE está revendo a sistematica de distribuição de livros para a população de baixa renda (ílio questionada pelas próprias escolas). Já realizou um mapeamento sócio-económico dos 572 municípios do Estado, tomando como indicador a percentagem de residentes com até 2 salários mínimos mensais (interior do Estado) e até 5 salários mínimos mensais (Capital). Realiza agora um levantamento amostral da renda familiar de estudantes matriculados na 1^a série do 1º grau, a fim de traçar o perfil sócio-económico dos alunos matriculados nas séries iniciais do 1º Grau. Tais dados deverão subsidiar a estratégia de distribuição de cerca de 2.500.000 livros escolares. Em 1983, foram distribuídos 2.357.678 livros para 1.039.154 alunos de 3.122 escolas de 1º grau.

QUE FAZEMOS

III. Por um Novo Livro, a serviço de um jeito barato de ensinar a ler. Em 1984, a FLE propõe levar alternativas em termos de livros e materiais instrucionais produzidos e/ou existentes na própria rede estadual de ensino, instituindo um Concurso aberto aos professores de Alfabetização/Comunicação e Expressão Matemática, de 1^a a 4^a séries do 1º Grau, bem como realizando pesquisa sobre materiais de alfabetização para crianças provenientes de população de baixa renda (em cooperação técnica com SBPC).

IV. Por uma política integrada de Bibliotecas Públicas, assentada num direito municipalista e de atendimento comunitário.

Em 1984, a FLE propõe-se a:

- dinamizar 500 bibliotecas vencedoras do I Concurso de Bibliotecas Escolares/83;
- diagnosticar o estado de 2.500 bibliotecas escolares distribuídas em critérios anteriores;
- definir o que reforçar, o que romanejar e o que integrar a nível de cada Município com a coordenação das Divisões Regionais e das Delegacias de Ensino;
- identificar alternativas para fazer da biblioteca escolar um espaço vivo de cultura. Nesse sentido, vem sendo desenvolvido o projeto Pró-Memória Cultural, com o objetivo de resgatar a memória das diferentes manifestações culturais locais, com vistas à identificação de fontes culturais para o ensino.

Em 1983, a FLE encaminhou acervos para as 500 escolas vencedoras do Concurso iniciarem suas bibliotecas. Selecionou também uma série de obras para a constituição de bibliotecas pedagógicas que foram solicitadas pelas 18 Divisões Regionais e 115 Delegacias de Ensino do Estado.

V. Ações Complementares

Neste programa são desenvolvidas atividades com a comunidade escolar, objetivando suscitar reflexão sobre temas essenciais à revisão de materiais instrucionais e/ou gerar fontes alternativas de recursos para projetos prioritários da Secretaria de Educação.

Em 1984, a FLE vem desenvolvendo dois projetos: um, sobre o tema Mulher & Educação, realizado em conjunto com o Conselho de Condado Feminino; outro, destinado à produção de cartões de Natal, a partir de desenhos de alunos das 1^a e 2^a séries do 1º Grau (Projeto "O Artista é Você"). Os recursos arrecadados em 1983 com este último projeto, possibilitaram garantir não apenas acesso à cartilha a 90.238 alunos, como também atender pedidos referentes a livros didáticos e paradiádicos, provenientes de duas escolas construídas pela comunidade.

SERVÍCIOS

- **Biblioteca-Oficina "Clara Luz"** — É uma biblioteca experimental que funciona na Casa do Livro e trabalha intensivamente com literatura infanto-juvenil (seção circulante e fixa).
É um espaço cultural aberto à comunidade, atendendo em especial aos alunos da EEPGG "Marechal Deodoro", escola vizinha à Casa do Livro, no Bairro do Bonfim. Está aberta também a visitas, encontros regionais e enxágos de educadores.
A denominação de biblioteca-oficina não é efeito da retórica, mas uma certa concepção de espaço cultural que possibilita a produção de cultura e não somente o consumo.
- **Centro de Documentação** — Funciona na sede da Fundação. Sua finalidades básicas são as de:
 - possibilitar a consulta a obras, notícias, estudos e documentos relacionados à problemática do livro escolar no Brasil e no Exterior;
 - reunir exemplares de todos os títulos de livros didáticos adotados nas escolas de 1º e 2º Graus do Estado de São Paulo, no ano em curso.Seu acervo inicial é de 2.000 obras, abrangendo ainda um levantamento bibliográfico de periódicos nacionais e estrangeiros em educação e um arquivo de recortes de jornais do Brasil, enfocando especificamente a problemática do livro escolar, em suas várias interfaces.
- **Posto de Venda de Livros** — Trabalha atualmente apenas com livros remanescentes de estoque antigo. No momento, está sendo reorientado para atender prioritariamente às comunidades organizadas.

PUBLICAÇÕES

- **Por uma Política do Livro Escolar Integrada à Estratégia da Educação Democrática** (brochura)
- **O Livro Nesse ou Cada Dia**
(folheto e folhóide)
- **Sacode a Poeira**
(folheto)
- **De Biblioteca-Sepulcro à Biblioteca-viva**
(brochura)
- **Memória Cultural — Um Resgate para Desvendar a Nossa História**
(brochura)
- **O Livro, Um Direito**
(mini folhóide)

QUEM SOMOS

A Fundação para o Livro Escolar é a interlocutora da Secretaria de Educação para todos os assuntos ligados a livros e materiais instrucionais. Teve sua criação autorizada pela Lei Estadual Nº 7.251 de 24/10/1962.

Desde 1963, a FLE desempenha suas atribuições dentro das seguintes diretrizes:

1. ser um dos componentes no esforço integrado para desenvolvimento de uma escola autônoma, não excludente, não discriminativa, não autoritária, a partir de uma estratégia global de Educação Democrática, assentada nos princípios de descentralização, autoridade e participação, tendo a municipalização do ensino público como um ponto de chegada;
2. refletir um compromisso explícito com a superação dos seguintes pontos críticos, obstaculizadores ao desenvolvimento de uma política do livro escolar, comprometida com a causa pública da educação democrática:
 - processo crítico e não participativo de adoção e uso do livro escolar
 - insuficiente valorização da leitura enquanto estratégia de enriquecimento cultural
 - má qualidade do livro escolar
 - seletrividade sócio-económica no acesso ao livro escolar;
3. expressar a cultura da FLE no que ela tem de pluralidade de alternativas para atingir uma unidade de objetivos finais.

PRESIDÊNCIA
SECRETARIA EXECUTIVA
ASSESSORIA TÉCNICA
CONSULTORES

— Maria Amélia Azevedo Goldberg
— Irene Coelho Mácido
— Suzi Frankl Sperber
Eiko Nishizawa
— Alvaro Battistini
Jaime Flecky
João Batista Araújo e Oliveira
Maria Lúcia D'Alcantarão
Maria Luiza Pugliese Barbosa Franco

PROGRAMAS

- I — Por uma ação crítica e solidária do Livro Didático.
Rui Alves Grillo
Suzano Evangelina Felippi
Suzi Frankl Sperber
- II — Pela democratização do acesso ao Livro Didático, sobretudo por parte da população de baixa renda.
Aurora Fornetti Novais
Maria Eduarda Villares Novais Paternoster
Vera Lúcia Egydio Oliveira
- III — Por um Novo Livro, o serviço de um jeito barato de unir a pensar.
Maria Antonia da Cruz Costa Magalhães
Sara Cunha Lima
- IV — Por uma política integrada de Bibliotecas Públicas, assentada numa dinâmica municipalista e de atendimento comunitário.
Órla Regina Pereira de Toledo Lucena
Eliana Zuanelli
Eline Maria Lanni Segatto
Helena Bonito Ceotto Peneira
José Alcides Ribeiro
- V — Ações complementares:
Maria Aparecida Ceravolo Magnani

SERVÍCIOS

- Biblioteca-Oficina "Clara Luz" — Alfredina Nery
- Centro de Documentação Técnica — Izabel Aparecida Carmenzini Síco
- Posto de Vendas —



GOVERNO DEMOCRÁTICO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

AÇÕES PRIORITÁRIAS
2º SEMESTRE - 1984

André Franco Montoro
GOVERNADOR DO ESTADO

Paulo Renato Costa Souza
SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO

1984

CARACTERIZAÇÃO DA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo responde por serviços educacionais prestados a uma população de aproximadamente cinco milhões de alunos, distribuída em cinco mil unidades escolares de 1º e 2º graus.

Para prestar estes serviços a SE conta com 406.400 funcionários, destacando-se deste total 173.300 docentes.

DIAGNÓSTICO DO ENSINO NO
ESTADO DE SÃO PAULO

Há graves deficiências no atendimento à população em idade escolar, que se acumularam ao longo dos últimos anos:

- 13% da população de 15 anos em diante é analfabeto, a maioria concentrada nas áreas urbanas;
- 800 mil jovens estão fora da escola;
- de cada 100 alunos que iniciam o 1º grau, apenas 30 concluem-no;
- o índice de repetição e evasão na passagem da 1ª para a 2ª série é de 42,4%.

Dante deste quadro, a Proposta Montoro para a área educacional coloca como aspecto central a valorização do ensino público e gratuito em todos os níveis.

Consequente com este compromisso, a SE está priorizando, para o segundo semestre de 1984, três conjuntos de ações:

- I - Melhoria da qualidade do ensino de 1º grau;
- II - Racionalização e modernização da SE;
- III - Descentralização e municipalização do ensino de 1º grau.

AÇÕES PRIORITÁRIAS

MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO DE 1º GRAU

A Secretaria de Educação propõe para o segundo semestre de 1984 ações pedagógicas, administrativas e de apoio à rede para responder a um desafio histórico: – melhoria da qualidade do ensino de 1º grau. Estas ações estão programadas para:

- implantação efetiva do ciclo básico;
- integração da escola de 8 anos;
- revisão do curso noturno;
- implantação da Lei 7044/82 – Habilitação para o Magistério;
- reorientação do planejamento escolar;
- adoção crítica e consciente do livro didático;
- identificação de novas alternativas em termos de livros e materiais instrucionais;
- revisão da sistemática da distribuição de livros escolares;
- implantação e implementação de bibliotecas escolares enquanto espaço cultural.

O apoio técnico pedagógico indispensável ao pessoal envolvido nestas atividades será propiciado, em grande parte, via rádio e TV, com a produção e a difusão de programas a partir de setembro.

As ações administrativas estão previstas para assegurar:

- o preenchimento progressivo do módulo de pessoal das escolas;
- a agilização das medidas burocráticas que facilitem a implantação do ciclo básico;
- a organização e o aproveitamento das informações de tal modo que seja possível planejar tendo como ponto de partida as necessidades diagnosticadas como pontos críticos;
- a assistência a que tem direito o aluno proveniente da população de baixa renda.

Para viabilizar a democratização do sistema de ensino, possibilitando a melhoria qualitativa da escola de 1º grau, serão desenvolvidas ações complementares indicadas a seguir.

RACIONALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA SE

AGILIZAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A SE desenvolve um programa para levar gastos já efetuados e tomar medidas para efetivação de gastos subsequentes. Serão estudadas medidas para descentralizar o gasto a nível de escola

INTEGRAÇÃO DAS ÁREAS DE INFORMAÇÃO

A SE tem 3 órgãos que utilizam processamento de dados: ATPCE (Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional), DRHU (Departamento de Recursos Humanos) e DAE (Departamento de Assistência ao Escolar). Esta é a principal razão para o alto grau de prioridade da política de informatização administrativa da SE: interligação dos sistemas de processamento de dados, aprofundamento dos dados atualmente processados e implantação do sistema de informações gerenciais.

LINHAS BÁSICAS DA POLÍTICA DE PESSOAL

A SE ampliará o quadro de pessoal de apoio administrativo das escolas, através de processos seletivos para preenchimento de funções-atividades e trocação de cargos de secretários de escola. Procurará fixar o pessoal das escolas, disciplinando afastamentos, nomeações e transferências.

DESCENTRALIZAÇÃO E MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO DE 1º GRAU

A Municipalização do ensino de 1º grau é uma tese constitucional - vem sendo discutida há anos pelos educadores. No atual contexto político, esta tese ganha maior relevância pela definição da política de descentralização, que procura restaurar a autonomia dos municípios, prejudicada por um sistema tributário centralizador. Entretanto, há necessidade de repensar a proposta de municipalização do ensino de 1º grau, à luz de nova orientação política.

A Secretaria de Educação, além de criar um grupo de estudos com uma extensa pauta de propostas de descentralização e municipalização, já desenvolve programas concretos relativos a:

MERENDA ESCOLAR

- 436 Municípios inscreveram-se no programa em 1984;
- mais de 90% dos 119 Municípios que participaram do programa em 1983, inscreveram-se novamente.

CONSTRUÇÕES ESCOLARES

- término da construção de 1158 salas até fevereiro de 1985;
- ênfase na recuperação e reforma da rede existente.

Estes programas propiciam:

- estímulo às economias locais, favorecendo pequenas e médias empresas;
- geração de empregos em pequena escala.

No caso da merenda favorece-se, ainda, a compra de alimentos "in natura", aumentando a aceitação pelos alunos.